

Moro quer retomar itens do pacote anticrime

O pré-candidato do Podemos à Presidência, Sérgio Moro, pretende retomar pontos do pacote anticrime rejeitados no Congresso na proposta de reforma do sistema Judiciário que vem sendo elaborada para integrar seu futuro plano de governo. Entre as ideias debatidas, estão o reforço de orientações à Ad-

vocacia-Geral da União para evitar recursos excessivos em processos, a criação de uma arbitragem para costurar acordos com devedores de impostos e até mesmo a restrição da Justiça gratuita, sob o argumento de que infla os gastos processuais e não atinge, na maior parte dos casos, os mais necessitados (mais informações nesta página).

Pág. 03

Juíza arquiva ação contra Lula no caso do tríplices



(Foto: Divulgação)

A decisão foi proferida nesta quinta-feira, dia 27, e acolhe parecer do Ministério Público Federal que defendeu o arquivamento do caso em dezembro. Na ocasião, a procuradora Marcia Brandão

Zollinger indicou que, em razão da decisão do Supremo sobre a parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro, as provas colhidas ao longo do processo não podem ser aproveitadas.

Pág. 03

Para 50%, Governo Bolsonaro não priorizou vacinação infantil

A parte do País que mais condena o governo pela falta de celeridade nesse quesito é o Nordeste, segundo a pesquisa. É justamente nessa região que o presidente Bolsonaro tem mais dificuldade para atrair eleitores, como mostra

seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto. Ainda no âmbito da covid-19, a pesquisa destaca a grande aceitação pelos autotestes de detecção da doença. O percentual de pessoas que compraria o produto nas farmácias é de 67%. Pág. 03

Alexandre rejeita pedido do governo e mantém depoimento de Bolsonaro à PF

O despacho foi dado minutos após a AGU apresentar agravo para que o Bolsonaro não comparecesse à PF até que o plenário do Supremo julgasse o caso. No documento, Alexandre destaca o fato de o ministro-chefe da AGU, Bru-

no Bianco Leal, só ter apresentado o pedido de alteração dos procedimentos às 13h49 de hoje, ou seja, quando restavam nove minutos até o esgotamento do prazo para a realização da oitiva presidencial.

Pág. 03

Volta às aulas tem testes, 'mapa' da vacina e máscaras reforçadas



(Foto: Divulgação)

As unidades não devem exigir comprovante de imunização dos alunos como condição para frequentar as aulas, mas reforçam campanhas para que as crianças se va-

cinem. O ano letivo em boa parte dos colégios paulistanos começa na semana que vem, com a expectativa de que as aulas não tenham de ser interrompidas.

Pág. 08



(Foto: Divulgação)

FGV: confiança de serviços cai 4,3 pontos em janeiro ante dezembro



(Foto: Divulgação)

A queda levou o índice ao menor nível desde maio do ano passado, quando ficou em 88,1 pontos. Foi também

a maior queda desde março de 2020, quando o País foi atingido pela segunda onda da pandemia de covid-19,

com recordes de número de mortos. Em médias móveis trimestrais, o índice caiu 2,6 pontos.

Pág. 04

BC: concessão no crédito livre sobe 20,6% em 2021

Estes dados, apresentados hoje pelo BC, não levam em conta ajustes sazonais. No crédito para pessoas físicas, as concessões subiram 20,2% em 2021, para R\$ 212,4 bilhões, sendo que no último mês do ano recuaram 0,7%. Já no caso de pessoas jurídicas, as concessões subiram 21,1% no ano passado, para R\$ 237,1 bilhões. Só em dezembro, o aumento foi de 18,0%. Pág. 04

Vacina aliada à contaminação reforça imunidade

Os pesquisadores analisaram a resposta imunológica de 104 pessoas que estavam vacinadas contra a covid-19. Elas foram divididas em três grupos. O primeiro tinha 42 vacinados sem contágio prévio. O segundo era formado por 31 pessoas que receberam imunizante após uma infecção pela doença. Outros 31 foram infectados depois da vacinação. Pág. 08

IGP-M acelera a 1,82% em janeiro, após 0,87% em dezembro



(Foto: Divulgação)

A aceleração do IGP-M de janeiro foi puxada pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), que subiu 2,30% em janeiro, ante 0,95% em dezembro. O índice de preços no atacado acumula variação

de 19,32% em 12 meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M), por outro lado, desacelerou de 0,84% para 0,42% na margem, com inflação acumulada de 9,33% em 12 meses.

Pág. 04

Petrobras confirma cancelamento de oferta secundária de ações da Braskem

A estatal informa que, em conjunto com a NSP Investimentos, em Recuperação Judicial, comunicou à petroquímica a decisão de cancelar a oferta pública de distribuição secundária de Ações

de titularidade de ambas. A operação seria realizada simultaneamente no Brasil e no exterior, sob a forma de American Depositary Shares, representadas por American Depositary Receipts.

Pág. 04

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O jornal
DIÁRIO DE NOTÍCIAS
possui Certificação
Digital de Autenticidade
dos documentos, emitida
por Autoridade Certificadora
credenciada no âmbito
da infraestrutura de
Chaves Públicas Brasileiras
(ICP) Brasil.

CONSULTE-NOS
(11) 5584.0035

POLÍTICA

Janones quer usar enquetes nas redes para definir eventual plano de governo

André Janones, pré-candidato à Presidência pelo Avante, atribui à atuação nas redes sociais seu mandato de deputado federal, conquistado em 2018. Caso confirme a disposição de entrar oficialmente na disputa pelo Palácio do Planalto, seu futuro plano de governo também poderá ser atribuído à interação com os seguidores nas mídias digitais. Janones, que se define como um “populista do bem”, pretende usar as enquetes nas redes para consolidar pontos de um futuro programa de governo.

O Avante fará hoje, 29, um evento no Recife para apresentar a pré-candidatura do parlamentar, que negocia com nomes como o especialista em marketing político Felipe Pimentel e o jornalista Marcelo Tognozzi a montagem de uma equipe de comunicação. O objetivo é impulsionar ainda mais o palanque nas redes sociais, onde somente no Facebook possui cerca de 8 milhões de seguidores. “Estamos buscando alguns nomes para somar Minhas redes sociais eu que toco, absolutamente só”, afirmou Janones ao pontuar que precisará de ajuda para a produção de conteúdo, pois “não dá mais para ir sozinho com o celular na mão”.

Na sua trajetória intuitiva e “solitária”, o deputado mineiro vivenciou o auge da onda “antipolítica” no País e agora busca se situar no espectro ideológico da centro-esquerda. A popularidade digital já faz ele ser reco-

nhecido por funcionários de restaurantes ou frequentadores de uma padaria da Vila Madalena, na zona oeste de São Paulo. “Eu me incluo nessa turma da nova política. Mas o que essa turma entregou de concreto. A comida na mesa ficou mais cara, o emprego ficou mais difícil...”

Acostumado a usar as mídias digitais para definir a atuação na Câmara, Janones também quer se valer das redes e das consultas aos seguidores para desenhar uma base de propostas de governo. Admite que não tem opinião fechada sobre temas da macroeconomia, por exemplo. Ele diz manter sua posição em 90% dos projetos que vota, mas, durante a disputa sobre a privatização dos Correios, mudou de ideia após uma enquete no Facebook. “Eu não consegui convencê-los mesmo entendendo que a privatização seria positiva. Uma enquete com 200 mil deu 79% contra a privatização”, lembrou. Entre os temas que potencialmente serão consultados está o destino do teto de gastos no próximo governo. Janones admite que não tem posição definida sobre a âncora fiscal criada na gestão de Michel Temer.

O pré-candidato defende a presença nas redes como um caminho para “atingir a base da pirâmide” e discutir problemas reais com a população. Apesar disso, reconhece que as enquetes não seguem metodologia científica para aferição da opinião da população. “A gente



(Foto: Divulgação)

sabe que não tem teor científico, não dá pra dizer que é uma pesquisa, mas dá um parâmetro”, defendeu. “Eu me considero um populista. Não consigo ver essa palavra com a conotação negativa que se dá. Considerar o que vem de fora na tomada das minhas decisões para mim é algo positivo. Estou ali para refletir o que a sociedade quer.”

O presidente nacional do Avante, deputado federal Luis Tibé (MG), já busca diálogo com outras legendas e alega que “precisa agregar mais gente” à campanha. Defende também que o partido está unido

de forma unânime em torno do correligionário como candidato próprio ao Planalto.

Janones foi pego de surpresa quando atingiu 2 pontos percentuais na pesquisa Ipec de dezembro, a única que colocou seu nome no páreo até agora. Empatado com o governador João Doria (PSDB) na ocasião, ele reconhece que os 8 milhões de usuários que o seguem no Facebook não podem sozinhos garantir sua vitória, mas “alavancam” uma candidatura. Sua intenção é furar a bolha das redes e conquistar até 5% do eleitorado em 60 dias.

O “fenômeno” digital no qual Janones se tornou já é conhecido. Ele ganhou destaque especial durante as votações sobre o Auxílio Emergencial, cujos valores pagos oscilaram ao longo do tempo. Na ocasião, o parlamentar precisou de uma camisa branca, uma gravata roxa e o celular na mão, na vertical, para alcançar no Facebook a marca da cantora Marília Mendonça e atingir 3,3 milhões de visualizações e 177 mil comentários em um vídeo - a live mais comentada no mundo ocidental. Para se ter uma ideia, o streamer Casimiro, um dos nomes do

entretenimento que conquista números expressivos nas redes sociais, obteve o maior número de visualizações simultâneas em transmissões ao vivo na Twitch nesta semana, com 540 mil espectadores.

Com uso de palavras-chave bem medidas, estética amadora e sem grande estrutura, a estratégia de uso das redes de Janones lembra a do presidente Jair Bolsonaro na última eleição - os dois disputam liderança de desempenho nas redes.

O parlamentar diz ver semelhança no que chama de “autenticidade” com que ele e o chefe do Executivo federal dialogam com os seguidores, mas marca distância de Bolsonaro. “Uso para divulgar meu trabalho, não para polemizar, ao contrário do presidente”, afirmou, garantindo nunca ter apoiado ou feito elogios ao presidente. “Acho um governo desastroso. A pandemia mostrou um lado até sombrio (do governo) eu diria.”

Cota - Nos gastos parlamentares do ano passado, Janones desembolsou 55,14% de sua cota em divulgação da atividade como deputado. Número superior à média da Casa, de 31,47%. Ele atribui sua ascensão virtual à greve dos caminhoneiros de 2018 quando, advogado do grupo, conquistou 2 milhões de seguidores só no Facebook. Sem fugir da tática vitoriosa, para 2022 continua apostando em uma “alta taxa de conversão” de seguidores em votos.

54,3% consideram governo Bolsonaro ‘ruim’ ou ‘péssimo’, mostra pesquisa

Pesquisa semanal Modalmais realizada em parceria com a AP Exata, divulgada ontem, 28, mostra que os índices de popularidade do governo Bolsonaro permanecem estáveis, mas continuam a mostrar um cenário ruim para o governo. De acordo com o levantamento, os que consideram o governo como “ruim” ou “péssimo” são 54,3% (0,1 ponto porcentual a mais do que na última pesquisa), uma rejeição “muita alta”, segundo o documento.

Outros 23,8% consideram a administração “ótima” (0,1 ponto porcentual a menos que no levantamento anterior) e aqueles que avaliam o governo como “regular” representam 21,9% (0,1 p.p. a menos).

A pesquisa destaca nesta semana o acirramento de ânimos entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Executivo. Nesta sexta-feira, Bolsonaro não compareceu à Superintendência da Polícia Federal (PF), em Brasília, para prestar depoimento sobre o vazamento de dados sigilosos de investigação da Polícia Federal que apura ataques hackers às urnas eletrônicas, contrariando o que decidiu o ministro Alexandre Moraes no dia anterior.

“O episódio é mais um capítulo que alimenta a narrativa de que o STF atrapalha propositalmente o governo”, diz trecho do levantamento. “Bolso-

naristas veem o Tribunal como oposição e como uma corte de esquerda, empenhada em ajudar a eleger Lula. Diante dessas interpretações, seguem muito proeminentes nas redes os pedidos de impeachment para os ministros, sobretudo Moraes.” Na economia, a pesquisa também mostra que a PEC dos Combustíveis, proposta por Bolsonaro para reduzir a tributação sobre combustíveis, energia e gás, causou muitas críticas ao governo. “A maioria discordou que a proposta tenha efeito visível nos preços e previu agravamento da inflação e disparada do dólar. Informações recentes indicam que o presidente pode ter desistido de apresentar a PEC, levando a novas acusações de ‘amadorismo’”, aponta.

Na mira das críticas, está o ministro da Economia, Paulo Guedes. “A maioria acusa Paulo Guedes de ter perdido qualquer controle sobre a Economia e ser um mero ‘assistente’ de Ciro Nogueira (Casa Civil). Muitos questionam a utilidade de Guedes e suas funções no governo.” Recentemente, Bolsonaro editou um decreto determinando que atos relacionados à gestão do Orçamento público terão de ter aval prévio da Casa Civil, em mais um movimento para empoderar o Centrão às vésperas da campanha eleitoral em que pretende se reeleger.

Lula elogia Dilma, mas diz que, aparentemente, aliada ‘não gostava de conversar’



(Foto: Divulgação)

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aproveitou entrevista ontem (28) para voltar a falar de Dilma Rousseff. No começo da semana, o ex-presidente, ao falar em não repetir governos anteriores, disse que a ex-presidente não tinha “jogo de cintura” nem a “paciência que a política exige”. Hoje o petista estendeu a fala e, após declarar o profundo respeito e admiração

pela aliada, declarou que lhe parecia “que ela não gostava muito de conversar”. “E tem gente que é assim”, disse.

Ao comentar que política não se aprende da Universidade, Lula declarou que, apesar da competência técnica da sua sucessora, ela parecia não estar aberta ao diálogo, e justificou afirmando que a experiência da Dilma “foi muito sofrida”.

“Uma mulher que sofreu muito, uma mulher já foi torturada, uma mulher que tinha muitos motivos pra ter ressentimento, essa mulher foi presa, virou presidente da República, governou sem nenhum espírito de vingança contra ninguém”, continuou, em entrevista à rádio Liberal FM do Belém do Pará.

Como mostrou o Estadão, Dilma se tornou o centro de uma

divergência de opiniões entre a liderança de seu partido. O vice-presidente nacional da sigla, Washington Quaquá, chegou a dizer que a ex-presidente não tem mais relevância eleitoral. A presidente do partido, deputada Gleisi Hoffmann (PR), rebateu a declaração do colega e elogiou a trajetória da de Dilma, classificando a fala de Quaquá como uma “opinião pessoal”.

No mês passado, a ex-presidente não esteve no jantar organizado pelo grupo de advogados Prerrogativas, promovido para premiar Lula e realizar o primeiro encontro público entre o petista e o ex-governador Geraldo Alckmin (sem partido), que articula uma aliança para ser vice na chapa do ex-presidente. Alckmin foi a favor do impeachment de Dilma.

Vice - O petista também voltou a falar sobre a construção de uma chapa com Alckmin. Lula repetiu que não pode construir uma aliança com o ex-tucano por ele ainda não ter definido seu partido, mas adiantou que o perfil do seu vice será de “contraponto ao PT”.

Simone Tebet defende cotas para mulheres em assembleias legislativas e diretórios

Única mulher com pré-candidatura confirmada à Presidência da República, a senadora Simone Tebet defendeu, ontem, 28, projeto de lei que estabelece cota de 30% para parlamentares do gênero feminino em assembleias legislativas do País. O texto, aprovado pelo Senado em outubro do ano passado, prevê aumento gradual do número de cadeiras garantidas a elas entre as eleições de 2024 e 2038.

“Começaríamos com 18% em 2024 para chegar paulatinamente em 30% em 2040. É para deixar confortável e dizer que não estamos querendo nada que não seja do nosso direito”, disse em encontro promovido pela ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy que reuniu 35 mulheres em posições de liderança para a formulação de propostas de políticas de gênero para os presidenciáveis. As ideias prevalentes serão publicadas em carta aberta. O evento, chamado “Juntas pela Democracia”, contou



(Foto: Divulgação)

ainda com a presença de figuras como a deputada federal e presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR), a pesquisadora de políticas públicas e mulher do ex-ministro da Educação Fernando Haddad, Ana Estela Haddad, e a presidente da OAB-SP, Patrícia Vanzolini. Simone propôs que o

documento iniciasse com o apelo para que o próximo presidente não proponha ou apoie projetos que “resultem em retrocesso no que se refere ao empoderamento da mulher, no combate de gênero e no combate à violência”. A sugestão foi prontamente atendida por Marta, que se sentava

ao centro da mesa à frente do salão onde a reunião ocorreu. A senadora defendeu ainda que a cota de 30% também seja exigida na composição dos diretórios nacionais dos partidos, para favorecer a distribuição de verbas de campanhas às candidaturas femininas.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaíne Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

anatec
www.anatec.org.br

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

FUNDACÃO VANKO LINHA
TANGRAM ALFABETINA
ANATEC

POLÍTICA

Moro quer retomar itens do pacote anticrime em reforma do Judiciário

O pré-candidato do Podemos à Presidência, Sérgio Moro, pretende retomar pontos do pacote anticrime rejeitados no Congresso na proposta de reforma do sistema Judiciário que vem sendo elaborada para integrar seu futuro plano de governo. Na esfera civil, uma sugestão em discussão é a que prevê o enxugamento do sistema processual para que o orçamento excedente seja direcionado a outras áreas.

Entre as ideias debatidas, estão o reforço de orientações à Advocacia-Geral da União para evitar recursos excessivos em processos, a criação de uma arbitragem para costurar acordos com devedores de impostos e até mesmo a restrição da Justiça gratuita, sob o argumento de que infla os gastos processuais e não atinge, na maior parte dos casos, os mais necessitados (mais informações nesta página). Os debates sobre a reforma no sistema de Justiça reúnem Moro e três grupos principais de juristas de sua confiança. Estes consultores têm se encontrado frequentemente com o ex-juiz.

No âmbito penal, os trabalhos são coordenados pelo professor de Direito Constitucional e integrante da Academia Brasileira de Letras Joaquim Falcão. Conforme apurou o Estadão, Moro tem defendido retomar propostas que não conseguiu emplacar quando comandou o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bol-



sonaro (PL). Os planos incluem ainda a volta da autorização de execução de pena após condenação em segunda instância. A tese era aceita pelo Supremo Tribunal Federal até novembro de 2019, quando, por um placar de 6 a 5, os ministros retomaram o entendimento de que prisões para execução penal só poderiam ocorrer após o trânsito julgado em todas as esferas de apelação.

O entendimento anterior havia sido determinante para que a Lava Jato levasse à prisão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do triplex do

Guarujá (SP) e outros políticos como o ex-ministro petista José Dirceu.

Moro também tem recorrido a seus conselheiros para debater propostas como o plea bargain, uma espécie de acordo previsto no sistema penal dos Estados Unidos que prevê a confissão de crimes em troca de redução de pena.

No Brasil existe hoje a possibilidade do acordo de não persecução penal, previsto para crimes de menor potencial ofensivo, em que o investigado confessa o crime, mas não há o oferecimento da acusação formal.

‘Informante do bem’ - O grupo de juristas também debate a criação da figura do whistleblower, ou “informante do bem”, cujo objetivo é proteger denunciantes de atos de retaliação. Há diversos casos no Brasil em que agentes públicos são acusados, por exemplo, de violação de sigilo funcional após denunciarem esquemas de corrupção. Um deles ocorreu em São Paulo - a Procuradoria-Geral do Estado processou um fiscal que denunciou a máfia do ICMS ao Ministério Público. O caso foi julgado improcedente em todas as instâncias.

Juíza arquiva ação contra Lula no caso do triplex



A juíza Pollyana Kelly Maciel Medeiros Martins Alves, da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, arquivou a ação penal contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do triplex do Guarujá (SP) por reconhecer a prescri-

ção dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro imputados ao petista. A prescrição é decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular os atos processuais proferidos pelo ex-juiz Sérgio Moro, ao declará-lo suspeito para

juizar o processo contra Lula - hoje seu possível adversário nas eleições 2022. Pollyana inclusive declarou a extinção da punibilidade do petista, ou seja, ele não poderá ser processado pelos mesmos fatos que lhe foram imputados.

“Acolho a promoção ministerial e determino o arquivamento dos autos: Em razão da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal relativamente a Luiz Inácio Lula da Silva, José Adelmário Pinheiro Filho e Agenor Franklin Magalhães Medeiros, relativamente às imputações dos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, envolvendo o pagamento de reforma, ocultação e dissimulação da titularidade do apartamento 164-A, triplex, e do beneficiário das reformas realizadas, nos termos do art. 107, inciso IV, art. 109, inciso III, e art. 115, todos do Código Penal”, registrou a magistrada.

A decisão foi proferida nesta quinta-feira, dia 27, e acolhe parecer do Ministério Público Federal que defendeu o arquivamento do caso em dezembro. Na ocasião, a procuradora Marcia Brandão Zollinger indicou que, em razão da decisão do Supremo sobre a parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro, as provas colhidas ao longo do processo não podem ser aproveitadas.

Alexandre rejeita pedido do governo e mantém depoimento de Bolsonaro à PF

O presidente Jair Bolsonaro (PL) desobedeceu à determinação do ministro do Supremo Tribunal (STF) Alexandre de Moraes e não compareceu à sede da Superintendência da Polícia Federal ontem, 28, em Brasília, para prestar depoimento. Moraes havia intimado Bolsonaro a depor no inquérito que apura o vazamento de investigação sigilosa da PF sobre ataque hacker às urnas eletrônicas, mas a Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu da decisão. O magistrado rejeitou prontamente o pedido do presidente para não comparecer à PF.

O despacho foi dado minutos após a AGU apresentar agravo para que o Bolsonaro não comparecesse à PF até que o plenário do Supremo julgasse o caso. No documento, Alexandre destaca o fato de o ministro-chefe da AGU, Bruno Bianco Leal, só ter apresentado o pedido de alteração dos procedimentos às 13h49 de hoje, ou seja, quando



restavam nove minutos até o esgotamento do prazo para a realização da oitiva presidencial. O

advogado-geral chegou a comparecer presencialmente à Superintendência da PF, no lugar

do presidente, para apresentar o pedido de alteração da decisão e justificar sua ausência.

Para 50%, Governo Bolsonaro não priorizou vacinação infantil, mostra pesquisa

O governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, demorou demais para dar início à campanha de vacinação infantil contra a covid-19, avaliam 50% dos entrevistados por levantamento Exame/Ideal divulgado ontem, 28. Segundo a pesquisa, metade da população considera que a gestão federal não deu prioridade à imunização de crianças, levando mais tempo que o necessário para disponibilizar as vacinas a este público. Os que discordam dessa afirmação são 20%.

A parte do País que mais condena o governo pela falta de celeridade nesse quesito é o Nordeste, segundo a pesquisa. É justamente nessa região que o presidente Bolsonaro tem mais dificuldade para atrair eleitores, como mostra seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto.

Ainda no âmbito da covid-19, a pesquisa destaca a grande aceitação pelos autotestes de detecção da doença. O percentual de pessoas que compraria o produto nas farmácias é de 67%.

Nove em cada dez integrantes das classes D e E pagariam até R\$ 50 em um autoteste.

A alta demanda evidencia que a pandemia ainda está muito presente na vida das pessoas, avalia o fundador do Ideia, Maurício Moura.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou nesta sexta-feira a liberação de autotestes de covid no País. A partir desta sexta, será permitida a sua comercialização por farmácias e estabelecimentos de saúde licenciados. A pesquisa mostra ainda que a maioria das pessoas considera que o governo federal é o principal responsável pela compra de testes para detecção da doença; 65% dos entrevistados acreditam que a aquisição dos dispositivos de diagnóstico deve partir do Executivo, enquanto 17% responsabilizam o governo estadual e 12% atribuem o dever às prefeituras. O levantamento colheu a opinião de 1.252 pessoas entre os dias 24 e 26 de janeiro.

A margem de erro é de aproximadamente 3 pontos para mais ou para menos.

Bolsonaro é criticado por faltar a depoimento convocado por Moraes

Palavras críticas ao presidente Jair Bolsonaro lideram os principais assuntos discutidos no Twitter na tarde de ontem, 28. “Bozo Arregão” e a “#BolsonaroCovarde” ocupam, respectivamente, a segunda e quinta posição no ranking da rede social.

O presidente desobedeceu à determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e não compareceu à sede da Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, ontem.

Moraes intimara Bolsonaro a depor no inquérito que apura o vazamento de investigação sigilosa da PF sobre ataque hacker

às urnas eletrônicas, mas a Advocacia-Geral da União (AGU) havia recorrido da decisão. O magistrado rejeitou prontamente o pedido do presidente para não comparecer à PF.

Usuários na rede social relembram que o presidente disse, nos atos do dia 7 de setembro, que ele não iria mais cumprir qualquer decisão do ministro Alexandre de Moraes.

O ministro do STF, aliás, ocupa as terceira e quarta posições entre os assuntos mais comentados do Twitter. O ilustrador Cris Vector, no Twitter, fez uma arte em que o presidente foge de Alexandre de Moraes. A publicação tem 3,9 mil curtidas.

Lula diz que, se eleito, planeja manter contato com imprensa uma vez a cada 2 meses

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem (28) que, se voltar à presidência do País, pretende estabelecer uma relação com veículos de imprensa para poder conversar com jornalistas, por Estado, “de preferência uma vez a cada dois meses”.

“Ou seja, não deixar as pessoas com ansiedade de fazer perguntas ou ficar nas fofocas publicadas por alguns colonistas”, declarou, durante entrevista à rádio Liberal FM, de Belém do Pará. Na esteira de promessas, Lula também afirmou que pretende chamar todos os governadores eleitos para conversar e discutir seus projetos, não importando suas preferências, seus partidos ou alianças políticas. “Tem que fazer de baixo para cima, não de cima para baixo. Se eu voltar a ser presidente, vou chamar os 27 governadores, não importa de que partido seja, para construirmos as coisas, resolvermos as coisas juntos”, disse o ex-presidente.

Ainda, o petista reiterou a importância dos projetos locais para a elaboração de um novo plano de governo. O ex-presidente sugeriu a criação de uma sala na Casa Civil e na Superintendência da Caixa Econômica Federal nas capitais dos Estados para que os prefeitos possam acessar os deputados e ministros.

Debates - Lula também reafirmou a importância dos debates, mas sugeriu um “pool” das tevês para a realização de dois ou três debates eleitorais. Segundo o petista, se fossem atender todos os veículos, os candidatos iriam ficar trancados em estúdios.

“Eu acho que tem que ter um pool de TVs para fazer dois ou três debates, porque não dá para atender cada TV, rádio, rede social, se não a gente se tranca no estúdio. Os debates são importantes para que a sociedade possa fazer a avaliação de que tipo de candidato ela deseja”, afirmou.

Na volta do recesso, CCJ discute criação do estado de Tapajós

Um dos temas que estará em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), depois da volta do recesso parlamentar, é a criação do estado de Tapajós – que surgiria da divisão do Pará. O projeto que trata da convocação de um plebiscito sobre o novo estado estava previsto para ser votado na CCJ em novembro do ano passado (PDL 508/2019). Um pedido de vista coletivo, no entanto, terminou tirando a matéria da pauta de votação. O assunto volta a ser analisado pelos parlamentares 10 anos depois da realização do plebiscito sobre a divisão do estado do Pará em três: Pará, Carajás e Tapajós. Na época, a população rejeitou o desmembramento. O novo plebiscito, se

aprovado, consultará os eleitores sobre a criação do estado de Tapajós mediante desmembramento do território compreendido por 23 municípios situados a oeste do estado atual, entre eles, Santarém. O relator do projeto, senador Plínio Valério (PSDB-AM), defende a criação do novo estado. Segundo o senador, a região conta com importante produção de cacau, além de minérios, mas a “pujança” econômica não é revertida em serviços públicos para a população.

- Esses municípios reclamam autonomia porque não têm as benesses dessa pujança. Essa gente quer partilhar dessa riqueza - afirmou o senador, em novembro do ano passado.

ECONOMIA

Índice de sentimento econômico da zona do euro cai a 112,7 em janeiro

O índice de sentimento econômico da zona do euro, que mede a confiança de setores corporativos e dos consumidores, caiu de 113,8 pontos em dezembro para 112,7 pontos em janeiro, atingindo o menor nível em nove meses em meio ao aumento de casos de infecção pela covid-19 com a disseminação da variante Ômicron, segundo dados publicados ontem pela Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia.

O resultado deste mês ficou abaixo da expectativa de análise

tas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam o indicador a 114 pontos. O dado de dezembro foi revisado para baixo, de 115,3 pontos originalmente. Apenas a confiança do consumidor diminuiu de -8,4 em dezembro para -8,5 pontos em janeiro, confirmando a estimativa inicial, enquanto a da indústria diminuiu de 14,6 para 13,9 pontos no mesmo período, contrariando previsão de avanço a 15,1 pontos, e a de serviços caiu de 10,9 para 9,1 pontos. Fonte: Dow Jones Newswires.

FGV: confiança de serviços cai 4,3 pontos em janeiro ante dezembro, a 91,2 pontos

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) caiu 4,3 pontos na passagem de dezembro de 2021 para janeiro deste ano, na série com ajuste sazonal, para 91,2 pontos, informou nesta sexta-feira a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A queda levou o índice ao menor nível desde maio do ano passado, quando ficou em 88,1 pontos. Foi também a maior queda desde março de 2020, quando o País foi atingido pela segunda onda da pandemia de covid-19, com recordes de número de mortos. Em médias móveis trimestrais, o índice caiu 2,6 pontos.

“O resultado negativo desse mês parece refletir a desaceleração que já vinha sendo sinalizada nos últimos meses, mas com o acréscimo da nova onda da pandemia. Além do cenário macroeconômico ainda difícil e da cautela dos consumidores, a

volta de algumas medidas restritivas já impacta a atividade do setor e liga o sinal de alerta sobre o ritmo dos próximos meses. Enquanto esses fatores persistirem vai ser difícil observar o retorno da tendência positiva da confiança no setor de serviços”, diz a nota divulgada ontem pela FGV.

Em janeiro, o Índice de Situação Atual (ISA-S) caiu 3,1 pontos, para 89,4 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE-S) recuou 5,5 pontos, para 93,2 pontos. A queda do ICS atingiu seis dos sete principais segmentos pesquisados, informou a FGV. O destaque negativo foram os serviços prestados às famílias. “No final de 2021, o segmento contribuiu positivamente para a recuperação do setor, atingindo nível de confiança acima do resultado agregado.”, diz a nota da FGV.

Gabriela Dorlhiac: ‘Sem reforma tributária, acesso à OCDE vai por água abaixo’

A abertura para adesão de novos países à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), incluindo o Brasil, põe mais uma vez a urgência de levar adiante a reforma tributária, na avaliação da diretora executiva da International Chamber of Commerce (ICC) no Brasil, Gabriela Dorlhiac. “Se não fizer isso, o processo de acesso à OCDE vai por água abaixo”, afirmou em entrevista ao Estado/Broadcast. Desde que o Brasil oficializou a solicitação de entrada na OCDE, em 2017, fala-se que o País conseguirá passar pelo processo de ingresso de forma mais célere do que os demais.

Temos muito trabalho a ser feito, apesar de já termos boa parte dos instrumentos equacionados. Não podemos esquecer que temos eleição neste ano. Isso pode atrapalhar ou adiar um pouco o processo. Um governo novo pode ter prioridades diferentes. Mas acho que o setor privado pode ter papel importante ao ajudar o governo e pressionar, no bom sentido, para manter a pauta como prioridade neste e no próximo governo.

O ICC tem mais de 200 associados, e o que a gente vê é que esta é uma pauta prioritária para as empresas, porque melhora o ambiente de negócios no Brasil, pode reduzir parte substancial do custo Brasil e diminuir a burocracia.

Há o risco de voltarmos atrás no processo?

Acho que este é um caminho praticamente sem volta, por todo

o esforço que já foi feito dentro do Itamaraty. É disso que o Brasil precisa: não apenas expandir o PIB, mas se tornar um grande player internacional, ser destino de investimento maior, e tudo isso passa por se adequar a regulações internacionais. Foi um processo longo e seria uma perda enorme se, com mudança de governo, a gente andasse para trás.

O próprio governo admite que a área fiscal é a que apresenta a maior barreira de entrada na OCDE. Temos uma reforma que não foi para frente até agora. Até que ponto esse poderia ser realmente um entrave?

O nosso sistema tributário é totalmente fora da curva do ponto de vista do que se pratica internacionalmente. Há muitas jabuticabas que precisarão ser ajustadas. Esse é mais um incentivo para que o Brasil leve adiante a reforma tributária. Ou seja, se não fizer isso, o processo de acesso à OCDE vai por água abaixo. E, de novo: há como o setor privado colaborar bastante.

Como viu o comprometimento do Brasil com a OCDE em relação à redução do IOF até 2029?

É um bom sinal. Todas as adequações que o Brasil puder mostrar que está disposto a fazer, mesmo que parcelado em alguns anos, são importantes. E sinaliza para o setor privado, de novo, que pode melhorar o ambiente de negócios: para investidores, para empresas, para pessoas físicas. Isso tudo libera capital para outros investimentos.

Petrobras confirma cancelamento de oferta secundária de ações da Braskem

A Petrobras confirmou ontem, 28, o cancelamento da oferta secundária de ações da Braskem, conforme antecipou ontem o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Segundo a estatal, a desistência ocorreu diante da instabilidade das condições do mercado de capitais, que resultaram, neste momento, em níveis de demanda e preço não apropriados para a conclusão da transação.

A estatal informa que, em conjunto com a NSP Investimentos, em Recuperação Judicial, comunicou à petroquímica a decisão de cancelar a oferta pública de distribuição secundária de Ações de titularidade de ambas. A operação seria reali-

zada simultaneamente no Brasil e no exterior, sob a forma de American Depositary Shares, representadas por American Depositary Receipts. A Petrobras informa, ainda, que permanece em vigor o “Term Sheet” celebrado com a Novonor, o qual estabelece compromisso de ambas as empresas realizarem a venda de suas respectivas participações societárias na Braskem, além de estabelecer diretrizes com o objetivo de migração da Braskem para o Novo Mercado.

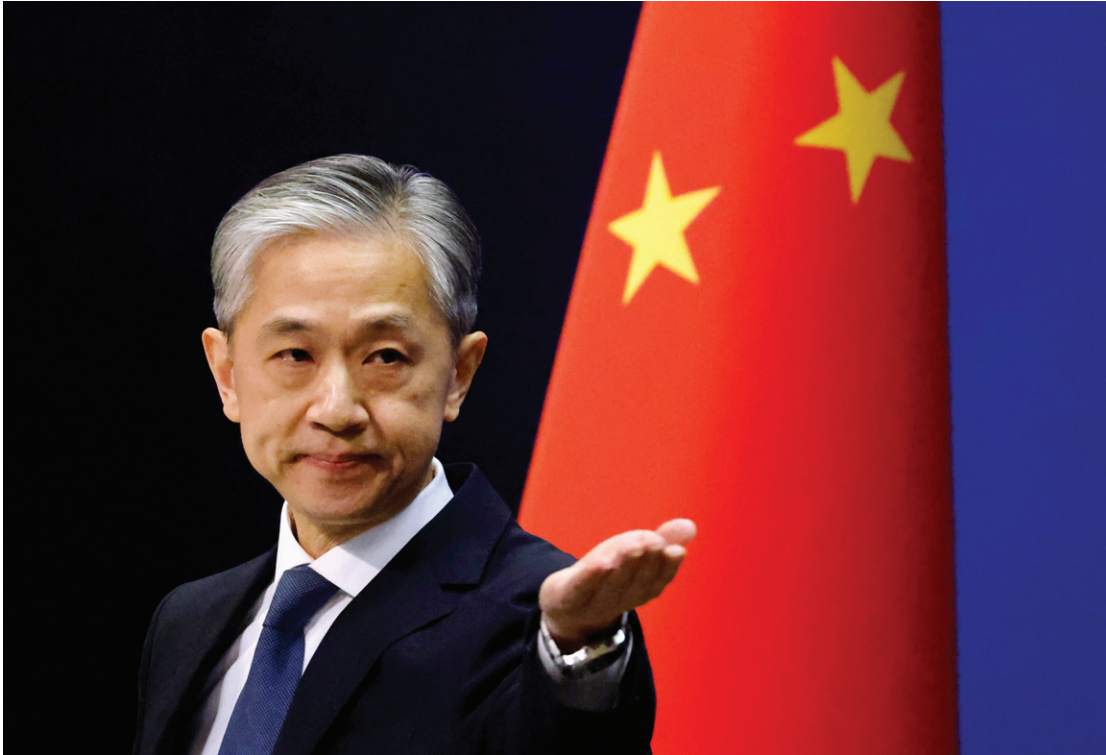
A estatal ratifica ainda seu interesse na execução dos compromissos estabelecidos no “Term Sheet”, com a maior brevidade possível e na medida em que as condições de mercado se mostrem favoráveis.

FMI: China deve crescer 4,8% em 2022, com perda de fôlego na retomada econômica

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que o Produto Interno Bruto (PIB) chinês tenha crescido 7,9% em 2021 e que avance 4,8% em 2022. “A recuperação da China está bem avançada, mas não tem equilíbrio e o impulso desacelerou”, afirma o fundo, atribuindo a desaceleração à rápida retirada de apoio político, à recuperação ainda incompleta do consumo, em meio a surtos da covid-19, e ao menor investimento no setor imobiliário, em meio a esforços políticos para reduzir a alavancagem nessa área.

A avaliação está em comunicado do FMI para marcar o fim das consultas feitas pela equipe do fundo sobre a situação da China, no âmbito do Artigo IV do regimento da instituição. O FMI diz ainda que o núcleo do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) do país deve seguir contido e abaixo da meta de cerca de 3%. Já o superávit em conta corrente deve diminuir em 2022, a 1,5% do PIB (de 1,8% em 2021), conforme a demanda por exportações relacionadas à pandemia se normaliza.

O FMI diz que houve um “aperto significativo” da política macroeconômica no país, contribuindo para a perda de fôlego no crescimento, com uma mudança de foco do apoio à recuperação para a desalavancagem. Na política monetária, houve um aperto moderado em comparação a 2020, avalia, considerando ainda que as reformas estruturais avançam “de maneira



(Foto: Divulgação)

irregular entre as principais áreas”.

A comunicação do FMI traz uma avaliação de seu conselho executivo. Para ele, a recuperação chinesa está bem avançada graças a ações “fortes e rápidas” adotadas pelas autoridades, inclusive a elevada taxa de vacinação contra a covid-19. Diante

da perda de impulso e da recuperação ainda desequilibrada e sujeita a riscos, o FMI sugere que sejam adotadas “políticas apropriadas que apoiem a economia”, bem como o avanço em reformas estruturais para almejar um crescimento de “alta qualidade - equilibrado, inclusivo e verde”.

IGP-M acelera a 1,82% em janeiro, após 0,87% em dezembro, afirma FGV



(Foto: Divulgação)

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) avançou 1,82% em janeiro, após alta de 0,87% em dezembro, informou nesta sexta-feira, 28, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O resultado ficou abaixo da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, que indicava alta de 2,00% para o indicador, com estimativas de 0,80% a 2,34%. A inflação acumulada em 12 me-

ses pelo IGP-M desacelerou de 17,78% para 16,91%, também abaixo da mediana do levantamento, de 17,10% (projeções de 15,74% a 17,79%).

A aceleração do IGP-M de janeiro foi puxada pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M), que subiu 2,30% em janeiro, ante 0,95% em dezembro. O índice de preços no atacado acumula variação de

19,32% em 12 meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M), por outro lado, desacelerou de 0,84% para 0,42% na margem, com inflação acumulada de 9,33% em 12 meses.

Por fim, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) avançou de 0,30% em dezembro para 0,64%, conforme já divulgado pela FGV na última quarta-feira, 26. O indi-

Dólar abre em alta com exterior, mas cai com rolagens e alívio com dados e PEC

O dólar iniciou o dia em alta frente o real, acompanhando a tendência de valorização da moeda americana no exterior e em meio a o fortalecimento dos retornos dos Treasuries. A moeda dos EUA, porém, inverteu o sinal para baixo no mercado à vista. Às vésperas da definição da última Ptax de janeiro, na segunda-feira, investidores já podem estar antecipando as rolagens de contratos cambiais ontem e pode haver pressão de vendidos (apostaram na queda do dólar), disse um operador.

O fluxo cambial é monitorado pelos investidores também, após ter contribuído para a queda do dólar ante o real de mais de 2,5% acumulada em janeiro. No radar dos estrangeiros está a perspectiva de alta da Selic de 150 PB na reunião de fevereiro do Copom, na próxima semana (dias 1º e 2/2) e continuidade do aperto monetário nos meses seguintes, além da busca de ações atrativas na Bolsa. Os players não residentes estariam aproveitando para fazer carry-trade com o real antes do início da alta de juros nos EUA, previs-



(Foto: EBC)

ta para março. Os investidores locais repercutem a queda da taxa de taxa de desemprego a 11,6% no trimestre até novembro de 2021, que veio em linha com a mediana das projeções do mercado ouvidos pelo Projeções Broadcast, cujo intervalo ia de 11,4% e 12,0%. Em igual perío-

do de 2020, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 14,4%. No trimestre até outubro, a taxa de desocupação ficou em 12,1%. A renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.444,00 no trimestre encerrado em novembro. O resultado representa queda de 11,4% em

relação ao mesmo período do ano anterior. A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 277 bilhões no trimestre até novembro, queda de 2,6% ante igual período do ano anterior. O IBGE informou ainda que país tem 5,037 milhões de informais a mais em um ano.

INTERNACIONAL

China apoia Putin em conflito contra ocidente na Ucrânia

A China sinalizou na última quinta-feira, 27, pela primeira vez, apoio à Rússia no conflito contra americanos e europeus na Ucrânia. Wang Yi, chanceler chinês, disse que Moscou tem “preocupações de segurança razoáveis” que deveriam ser “levadas a sério”. Em conversa por videoconferência com Antony Blinken, secretário de Estado dos EUA, Wang disse ser contra a expansão da Otan na Europa. “A segurança regional não pode ser garantida pelo fortalecimento ou expansão dos blocos militares”, afirmou.

Segundo comunicado do Ministério das Relações Exteriores da China, na conversa com Blinken, o chanceler chinês disse que russos e americanos deveriam “abandonar a mentalidade da Guerra Fria” e negociar de maneira “equilibrada” uma solução.

De acordo com a transcrição da conversa, divulgada pelo Departamento de Estado dos EUA, Blinken lembrou a Wang dos perigos globais de segurança e dos riscos econômicos que representariam novas agressões russas contra a Ucrânia.

Taiwan - As relações entre Taiwan e China pairam sobre a decisão de Pequim de demonstrar apoio à Rússia. Alguns especialistas encaram a resposta de Washington a uma operação militar russa na Ucrânia como um teste de como os americanos reagiriam à decisão chinesa



de anexar Taiwan, considerada parte do território da China e constantemente ameaçada de invasão.

A Ucrânia tem importância estratégica para a Rússia - assim como Taiwan tem para a China. Por isso, o Kremlin mobilizou mais de 100 mil soldados na fronteira ucraniana, provocando temores de que Vladimir Putin esteja pronto para ordenar uma invasão.

A Otan respondeu despachando navios, caças e tropas para países do Leste da Europa. Os EUA enviaram equipamentos, armas e munições para Kiev

e colocaram 8,5 mil soldados de prontidão para serem enviados a qualquer momento para a região.

No mês passado, a Rússia tornou pública uma série de exigências para o fim da crise. Com oito pontos, a lista de Putin tem como principal demanda uma garantia de que países do Leste da Europa não serão aceitos na Otan. Além da Ucrânia, que apresentou sua candidatura em 2008, a Geórgia, uma ex-república soviética, e a Bósnia, que fazia parte da Iugoslávia, são candidatas a membro da aliança.

Putin também insiste que

as forças da Otan e dos EUA suspendam exercícios militares perto das fronteiras russas e deixem os países do Leste da Europa, revertendo o avanço obtido até 1997, quando a Rússia, bastante enfraquecida, ainda sofria os efeitos do colapso da União Soviética.

Impasse - Na quarta-feira, 26, os EUA e a Otan responderam por escrito às exigências de Putin, rejeitando todas. Os americanos afirmaram que as principais demandas da Rússia eram “inaceitáveis” e garantiram que a Ucrânia é soberana para solicitar sua adesão à aliança.

Biden e von der Leyen reafirmam compromisso para garantir oferta de gás à Europa

Em comunicado conjunto emitido pela Casa Branca, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reafirmaram seu compromisso de trabalhar em conjunto para garantir oferta de gás natural, levando em consideração a crise com a Rússia e os potenciais impactos sobre o suprimento do combustível. Os EUA são hoje o maior provedor de gás natural à União Europeia (UE), destacam.

Além do compromisso com a transição global para energia limpa, os líderes disseram compartilhar o objetivo de garantir a

segurança energética da Ucrânia e a integração progressiva do país nos mercados de gás e eletricidade da UE.

Em nota, Biden e von der Leyen afirmaram que os desafios atuais de segurança energética vividos na Europa reforçam seu compromisso de acelerar e manusear “cuidadosamente” a transição de combustíveis fósseis para energia limpa.

Com o intuito de dar continuidade aos trabalhos de garantir de energia nos mercados globais, o Conselho de Energia da UE e EUA deve se encontrar no próximo dia 7 de fevereiro.

Presidente da Ucrânia considera possível guerra com Rússia

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, disse que não pode prever se acontecerá “amanhã ou em fevereiro”, mas é possível que uma guerra com a Rússia seja travada.

O mandatário afirmou, em coletiva de imprensa nesta sexta-feira, que um eventual conflito envolveria não só parte do território ucraniano, mas também ataques cibernéticos dos russos.

“Se uma guerra em grande escala acontecer, não será apenas na Ucrânia, mas mais além. Será uma guerra híbrida, incluindo informativa e cibernética”, disse Zelensky, afirmando que a Ucrânia “já está nessa guerra” de caráter digital. Ele rechaçou, porém, a possibilidade

de de uma invasão “imnente” da Rússia ao país, como sugeriu uma autoridade dos Estados Unidos, ao afirmar que a atividade militar russa na fronteira com a nação do Leste Europeu se trata em parte de “pressão psicológica” para afetar as negociações por um acordo diplomático que resolva a atual crise geopolítica na região.

Zelensky instou o Ocidente a não criar “pânico” em torno da crise geopolítica, sugerindo que a atual mensagem dos EUA e países aliados prejudica a Ucrânia, inclusive economicamente. “O maior risco é não conseguir manter o país unido. Desestabilização doméstica. Este é o elo mais fraco”, disse o presidente ucraniano.

Presidente da Ucrânia critica EUA por não o incluir em negociações com Rússia

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, criticou a postura dos Estados Unidos e de outras lideranças ocidentais sobre o conflito do país europeu com a Rússia. Em coletiva de imprensa realizada nesta sexta-feira, o mandatário disse que a Casa Branca está superestimando a gravidade da tensão na fronteira ucraniana e monopolizando as discussões com Moscou.

Além de pedir ao presidente dos EUA, Joe Biden, para incluí-lo nas negociações do país com os russos, Zelensky disse que conhece melhor os detalhes do conflito que a sua contraparte americana. “Eu sou o presidente da Ucrânia. Estou sediado aqui e acho que conheço os detalhes mais profundamente do que qualquer presidente”, alegou.

De acordo com ele, eventuais acordos entre líderes ocidentais e a Rússia que não incluam a Ucrânia terão caráter “ilegítimo e temporário”.

Zelensky também criticou a decisão de alguns países ocidentais, incluindo os EUA, de retirarem embaixadores e suas famílias do território ucraniano, em medida preventiva em caso de conflito armado. Antes, durante a mesma coletiva, Zelensky rechaçou a possibilidade de invasão iminente da Rússia.

Outro ponto abordado pelo presidente ucraniano foram as sanções econômicas que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) promete aplicar sobre a Rússia em caso de invasão. Segundo ele, elas foram desenhadas para proteger países da União Europeia (UE), e não a Ucrânia, e disse ser injusto com a nação do Leste Europeu aplicá-las somente após uma eventual invasão.

Por fim, Zelensky reclamou da postura russa em meio ao conflito, chamando-a de cínica e afirmando que Moscou propõe medidas que não solucionam as tensões entre os dois países.

EUA estudam impor sanções a bancos e empresas, se Rússia invadir Ucrânia

O governo do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, estuda as sanções econômicas que pode impor contra a Rússia se o país atacar a Ucrânia - atingindo grandes bancos russos, empresas estatais e importações importantes, embora a estratégia enfrente obstáculos que dificultaram campanhas de pressão anteriores.

Autoridades do governo disseram que as ações planejadas estão sendo finalizadas e não têm precedentes nas últimas décadas. Embora as decisões finais não tenham sido tomadas, disseram as autoridades, os alvos potenciais incluem vários dos maiores bancos estatais da Rússia, como o VTB Bank, a proibição de todo o comércio de novas emissões de dívida soberana russa e a aplicação de controles de exportação em setores-chave, como a microeletrônica avançada.

Fora de consideração, por enquanto, estão as sanções às exportações de petróleo e gás natural ou a desconexão da

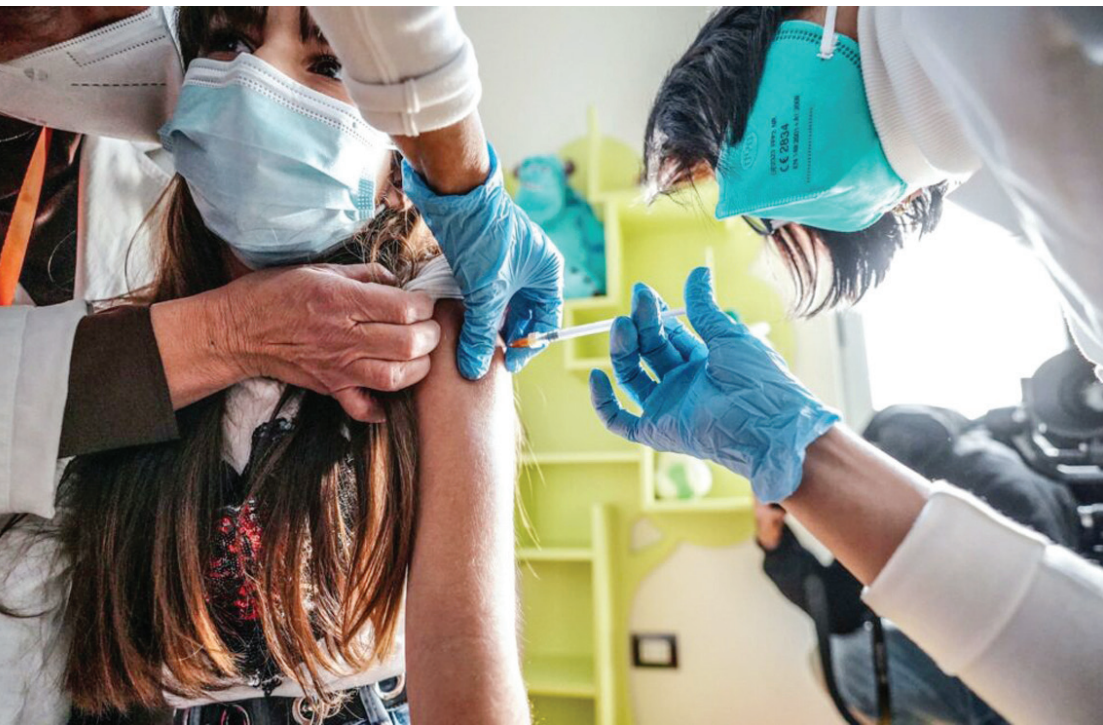
Rússia do SWIFT, a infraestrutura básica que facilita as transações financeiras entre bancos em todo o mundo, disse um dos funcionários.

Esforços anteriores dos EUA para fazer guerra econômica produziram resultados mistos. O Irã e a Coreia do Norte, por exemplo, ajustaram-se ao longo do tempo a amplos embargos econômicos sobre seus programas de armas nucleares, embora não sem sofrimento contínuo para suas economias e seu povo.

Depois que a Rússia invadiu a Ucrânia em 2014 para anexar a Crimeia, o governo do ex-presidente Barack Obama mirou tecnologias de energia, dívida soberana e alguns bancos e empresas estatais, mas não causou danos profundos.

A Rússia está mais bem preparada agora, com maiores reservas em moeda estrangeira, menos dependência da dívida externa, crescimento econômico mais rápido e aumento dos preços do petróleo - a principal fonte de receita do país.

Covid: Suécia vai contra OMS e não recomenda vacina para crianças de 5 a 11 anos



A Agência de Saúde da Suécia aprovou a vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a covid-19, mas não recomenda a imunização nesta faixa etária. “Com o conhecimento que temos hoje, com baixo risco de doenças graves para crianças,

não vemos nenhum benefício claro em vaciná-las”, disse Britta Bjorkholm, oficial da agência.

Desde o início da pandemia, a Suécia tomou um rumo diferente de seus vizinhos na Escandinávia. No início, defendeu a tese da “imunidade de rebanho”

e isso provocou um número de mortes e casos bem superior ao de outros países da Escandinávia. Neste mês, a Suécia deu um salto na média móvel de casos e saiu de um patamar de 8 mil por dia para quase 40 mil, seu recorde em toda a pandemia.

Rússia diz que não iniciará guerra em meio a crescentes tensões com Ucrânia

O ministro de Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, disse ontem (28) que Moscou não vai iniciar uma guerra, mas também não permitirá que o Ocidente atrole seus interesses de segurança em meio a temores de que os russos estejam planejando invadir a Ucrânia. Na última quinta-feira, dia 27, o presidente dos EUA, Joe Biden, alertou o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, sobre uma “distinta possibilidade” de que a Rússia lance uma ação militar em território ucraniano em fevereiro.

“Não haverá uma guerra no que depender da Federação Russa, não queremos uma guerra”, disse Lavrov, durante entrevista ao vivo a emissoras de rádio russas. “Mas não vamos permitir que nossos interesses sejam atropelados de forma rude e ignorados.”

As tensões no Leste Europeu ganharam força nas últimas semanas, e os EUA e aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) temem



que a concentração de cerca de 100 mil soldados russos perto da fronteira ucraniana seja um sinal da intenção de Moscou de atacar o país vizinho. A Rússia já desmentiu ter planos do tipo

em várias ocasiões, mas exige que a Ucrânia jamais integre a Otan - e que a aliança retire tropas e equipamentos militares deslocados para o Leste Europeu. Os EUA e a Otan formal-

mente rejeitaram as exigências de Moscou nesta semana, embora Washington tenha levantado pontos de possível discussão, oferecendo um caminho para a redução das tensões.

CONTEXTO JURÍDICO

Segunda Seção vai definir cobertura do DPVAT em acidente de trabalho causado por veículo agrícola

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu afetar os Recursos Especiais 1.936.665 e 1.937.399, ambos de relatoria do ministro Villas Bôas Cueva, para julgamento pelo rito dos recursos repetitivos.

A questão submetida a julgamento foi cadastrada como Tema 1.111 e traz as seguintes controvérsias: “definir (i) se o infortúnio causado por veículo automotor e caracterizado como acidente de trabalho é capaz de impedir a configuração dos mesmos fatos como sinistro coberto pelo seguro obrigatório (DPVAT), e (ii) se os sinistros que envolvem veículos agrícolas passíveis de transitar pelas vias terrestres estão cobertos pelo seguro obrigatório (DPVAT)”.

Até a definição da tese, o colegiado determinou a suspensão do andamento de todos os pro-

cessos individuais ou coletivos que versem acerca das mesmas questões, em todo o território nacional – excetuada a concessão de tutelas provisórias de urgência, quando presentes seus requisitos.

Multiplicidade de processos e divergência nos tribunais estaduais - Ao propor a afetação do REsp 1.936.665, Villas Bôas Cueva informou que, segundo a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, foram localizados nove acórdãos e 227 decisões monocráticas sobre o tema no âmbito da Terceira e da Quarta Turmas do STJ. “A proposta de afetação do presente feito como recurso repetitivo justifica-se porque existe número expressivo de processos com fundamento em idêntica questão de direito, a evidenciar o caráter multitudinário da controvérsia”, afirmou o relator.

Funcionário receberá indenização por falta de instalações sanitárias no trabalho

A ausência de fornecimento de instalações sanitárias apropriadas aos funcionários, ainda que se trate de trabalho externo, em via pública, caracteriza ato ilícito por omissão, uma vez que gera condições precárias de trabalho. Com esse entendimento, a 6ª do Tribunal Superior do Trabalho condenou a concessionária de saneamento ambiental de Jundiá (SP) ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 15 mil, a um ajudante geral que fazia a poda de árvores e roça de calçadas sem contar com instalações sanitárias.

O juízo da 2ª Vara do Trabalho de Jundiá havia deferido indenização no valor de R\$ 10 mil. A sentença levou em conta depoimentos que demonstraram que, na ausência de banheiros, os empregados “faziam as necessidades fisiológicas pelo caminho” e tinham de almoçar

em praças, ruas e calçadas, pois também não havia lugar adequado para as refeições. Seus pertences ficavam no veículo da empresa que os levava até os locais de trabalho e lá ficava estacionado.

Segundo a juíza, os fatos constatados eram potencialmente lesivos aos direitos de personalidade do empregado, “que teve que lidar com as condições precárias de trabalho”.

Contudo, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região excluiu da condenação os danos morais, por entender que, diante das características do trabalho, desenvolvido em via pública, sem lugar fixo, seria inviável o fornecimento de sanitários, ainda que fosse do tipo químico. Para o TRT-15, o ajudante poderia usar banheiros de restaurantes, lanchonetes, postos de gasolina e outros estabelecimentos, no horário do intervalo.

TJ-SP regulamenta competência para julgar Sociedade Anônima de Futebol

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo aprovou, por unanimidade, uma resolução que regulamenta a competência para julgar as execuções relacionadas à Lei de Sociedade Anônima de Futebol (Lei 14.193/21).

Conforme o texto, as Varas de Falência e Recuperação Judicial, Varas Empresariais e de Conflitos Relacionados à Arbitragem e o Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial terão competência sobre a matéria.

Na capital, as 1ª, 2ª e 3ª Varas de Falências e Recuperações Judiciais terão competência para processar, julgar e executar as ações principais, acessórias e conexas relativas à matéria

prevista nos artigos 13 a 24 da Lei 14.193/21. Nas outras comarcas do estado, a competência será das Varas Empresariais e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª Região Administrativa Judiciária (RAJ). Em segundo grau, os recursos e as ações originárias serão encaminhados para o Grupo de Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Sancionada em 6 de agosto do ano passado, a Lei 14.193/21 institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento, tratamento dos passivos e regime tributário específico. Com informações da assessoria de imprensa do TJ-SP.

Letalidade cai 85% nos batalhões da PM que usam câmeras corporais em SP

O uso de câmeras acopladas aos uniformes de policiais militares do estado de São Paulo para registro das suas ações, implementada em 18 unidades, reduziu o número de mortes em confrontos policiais 85% nos últimos sete meses do ano passado, comparados ao mesmo período de 2020. De acordo com os dados divulgados pelo jornal Folha de S. Paulo, de 1º de junho a 31 de dezembro de 2021, houve 17 mortes decorrentes de intervenção policial nesses batalhões. Já em 2020, em igual período, foram 110. Em 2019, também no mesmo intervalo, a Corregedoria registrou 165 mortes - queda de 90%. O batalhão da Rota, unidade de elite da PM e, até começo do ano passado, uma das mais letais da corporação, faz parte das unidades que passaram a usar câmeras. Segundo os dados oficiais

divulgados pelo jornal, na Rota o número de mortes caiu 89%. Nos últimos sete meses de 2020, os PMs mataram um total de 35 pessoas. Já no mesmo período de 2021, com as câmeras acopladas ao uniforme, foram quatro mortes decorrentes de intervenção policial registradas no batalhão. Em 2019, nesse mesmo período, tinham sido 52 mortes. Assim, comparando com os sete meses finais de 2021, a queda chega a 92%. Até o início do programa, a Rota acumulava 386 mortes em confrontos, desde 2016. Em todo o estado de São Paulo, os PMs mataram durante o serviço, no ano passado, 423 pessoas em supostos confrontos. Isso significa uma redução de 36% em comparação ao total de 659 mortes registradas em 2020, a menor taxa de letalidade da PM paulista desde 2013 (com 334 óbitos).

STJ autoriza realização das provas do concurso do Ibama

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Jorge Mussi, no exercício da presidência, suspendeu na última quinta-feira (27) uma decisão que impedia a realização das provas objetivas e discursivas do concurso público do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), marcadas para o próximo domingo (30). De acordo com o ministro, a suspensão do concurso já nas vésperas da realização das provas causa um grande prejuízo à sociedade, sendo imperativo permitir a realização da etapa programada para os mais de 150 mil candidatos inscritos.

“Ademais, fortalece a posição da Autarquia sua premissa de legalidade do edital, pois, não se sustentando na via judicial, caberá à própria Administração suportar as consequências da renovação das etapas do concurso”, acrescentou Jorge Mussi.

Exigência contestada - Ao todo, 568 vagas estão previstas no concurso, espalhadas por todos os estados do país em cargos de nível médio e superior. O certame está sendo organizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebasp).

O Ministério Público Federal (MPF) contestou as regras de realização do concurso no que diz respeito a participação



(Foto: Divulgação)

de candidatos com deficiência, como a que exigia a apresentação de parecer multiprofissional e multidisciplinar prévio às provas atestando a condição. Para o MPF, tal exigência limitaria a participação de candidatos e um novo período de inscrições deveria ser aberto sem essa obrigação. O pedido de suspensão do edital foi indeferido na Justiça Federal de Mato Grosso. Após recurso, o desembargador relator do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) deu razão ao MPF e suspendeu a realização das provas objetivas e dis-

cursivas marcadas para o fim de semana. No pedido de suspensão desta decisão, a União alegou ofensa à ordem pública com a paralisação inviável de um concurso importante para toda a administração pública. Outro argumento citado é que o pedido do MPF junto ao TRF1 foi feito em cima da hora, apenas no dia 24 de janeiro, já na semana de realização das provas.

A União lembrou que o Ibama está com um déficit de 60% do pessoal, e a suspensão do concurso pode trazer “grande prejuízo ao Estado e à socieda-

de”, causando embaraços não somente à ordem pública, mas também à economia pública.

Lei do concurso - Ao analisar o caso, o vice-presidente do STJ disse que ficou evidente o risco de grave lesão à ordem pública com a intervenção do Judiciário na esfera administrativa, “que, por meio de provimento de caráter precário e não exauriente, deferiu a antecipação da tutela recursal, suspendendo concurso público de nível nacional, em data próxima àquela definida para realização das provas”.

STJ autoriza candidata com mais de 30 anos a participar de curso de formação da PM do Rio de Janeiro



(Foto: Divulgação)

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Jorge Mussi, no exercício da presidência, autorizou uma candidata com mais de 30 anos aprovada no concurso da Polícia Militar do Rio de Janeiro a participar do curso de formação de oficiais da corporação.

Segundo o ministro, na época do lançamento do edital, havia um vácuo legislativo em relação à idade limite para par-

ticipar do processo seletivo – se de 30 ou de 35 anos –, de forma que, para o magistrado, não seria razoável excluir a candidata do certame em razão da idade.

“Isso porque eventual realização de novas etapas sem sua participação pode implicar tumulto indesejado aos demais concursandos, à Administração Pública fluminense, bem como à sociedade daquela unidade da Federação, que ficaria despro-

vida de novos profissionais da área de segurança pública”, justificou o ministro.

No mandado de segurança, a candidata afirmou que foi surpreendida ao se inscrever para o concurso em 2021 com o limite de idade estabelecido em 30 anos para o cargo de oficial da PM.

Ela destacou que, nos processos seletivos anteriores, de 2016 a 2019, a idade limite era

Partido questiona lei que cobra do monitorado despesas com tornozeleira eletrônica

O Partido Verde (PV) questiona, no Supremo Tribunal Federal, lei do Estado de Goiás que institui pagamento, a título de compensação financeira, pelo uso do dispositivo de monitoramento eletrônico (tornozeleira) por acusado, preso ou condenado. A matéria é objeto da ADI 7.071.

De acordo com a Lei estadual 21.116/2021, o usuário deverá arcar com as despesas do equipamento, inclusive as de manutenção. Na devolução do dispositivo eletrônico, será realizada uma avaliação técnica e, em caso de avarias, o usuário terá de ressarcir o prejuízo à Diretoria-Geral de Administração Penitenciária.

Os recursos arrecadados serão destinados a melhorias no sistema de execução penal estadual, a serem alocados no Fundo Penitenciário Estadual. Na ação, o PV argumenta que a norma é discriminatória, pois produz efeitos sobre um grupo social “bastante desfavorecido e específico, recaindo despropor-

cionalmente sobre as famílias de origem periférica e negra, cujo acesso a bens de consumo e à cidadania propriamente dita é severamente escasso”.

Segundo o autor, pesquisas empíricas sobre o tema têm destacado uma “forte presença do elemento racial nas imputações criminais”, o que se manifesta também nos procedimentos adotados para a execução criminal.

O partido também sustenta a existência de um estado de coisas inconstitucional em relação aos estabelecimentos prisionais brasileiros, tema analisado pelo Supremo na ADPF 347. Na ocasião, a Corte concluiu que as condições desumanas de custódia têm se multiplicado no sistema penitenciário e que esse quadro viola amplamente direitos e garantias fundamentais.

Outro argumento é o de que a lei goiana invade a competência privativa da União para legislar sobre direito e processo penal, especificamente em matéria de execução penal.

Prisão provisória conta como tempo de pena para concessão de indulto, diz STJ

Não existe impedimento para que o período de prisão provisória anterior seja computado como tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade necessário a concessão do indulto natalino presidencial.

Com esse entendimento, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso especial ajuizado pelo Ministério Público que visava impedir a concessão do indulto a uma mulher que cumpria pena em Goiás. O indulto foi assinado pelo presidente Michel Temer no Decreto 9.246/2017 e consiste no perdão da pena e na extinção da punibilidade, desde que preenchidos alguns requisitos, listados no documento. Uma das exigências é tempo mínimo de pena cumprido, de um quinto da pena para não-reincidentes.

A autora da ação foi condenada por tráfico de drogas à pena mínima de 1 ano e 8 meses em regime aberto, que foi substituída por prestação pecuniária e prestação de serviços comunitários. Antes da condenação, permaneceu presa provisoria-

mente por 214 dias. Em primeiro grau, o juiz entendeu que não seria cabível computar o tempo de prisão provisória na conta do cumprimento de pena. Para o TJ-GO, essa conclusão não é razoável. O acórdão aplicou o artigo 42 do Código Penal, segundo o qual computa-se, na pena privativa de liberdade, o tempo de prisão provisória. Relatora no STJ, a ministra Laurita Vaz analisou o decreto presidencial e o artigo 42 do Código Penal e concluiu que não há impedimento para que o tempo de prisão provisória anterior seja computado com o fim de aferir o requisito temporal necessário à concessão do indulto.

A ministra acrescentou que não seria “condizente com o bom direito, nessa hipótese, a interpretação extensiva para restringir a concessão da benesse”.

A conclusão foi unânime na 6ª Turma. O voto da relatora foi acompanhado pelos ministros Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Antonio Saldanha Palheiro e pelo desembargador convocado Olindo Menezes.

GERAL

Vacina aliada à contaminação reforça imunidade, aponta pesquisa

Pessoas infectadas naturalmente pelo Sars-CoV-2 e vacinadas contra o vírus apresentam imunidade reforçada e mais duradoura contra a covid-19. As conclusões estão em um estudo da Universidade do Oregon, nos EUA, publicado nesta quinta-feira na versão online da revista Science Immunology. De acordo com a pesquisa, a quantidade de anticorpos no sangue de pessoas que foram infectadas e vacinadas é até dez vezes maior na comparação com as só vacinadas. Os pesquisadores analisaram a resposta imunológica de 104 pessoas que estavam vacinadas contra a covid-19. Elas foram divididas em três grupos. O primeiro tinha 42 vacinados sem contágio prévio. O segundo era formado por 31 pessoas que receberam imunizante após uma infecção pela doença. Outros 31 foram infectados depois da vacinação. Em seguida, os cientistas coletaram sangue dos participantes. As amostras foram expostas em laboratório a três variantes do Sars-CoV-2. As cepas escolhi-

das foram a Alfa (B.1.1.7), Beta (B.1.351) e Delta (B.1.617.2). A Ômicron não foi testada. “A imunidade gerada apenas pela infecção natural é muito variável. Algumas pessoas produzem uma resposta mais forte, outras não”, explicou um dos coautores do estudo - Marcel Curlin, professor de doenças infecciosas na Escola de Medicina da Universidade do Oregon. “Mas a vacinação combinada à imunidade pela infecção quase sempre oferece resposta robusta.” Os resultados mostraram que os dois grupos com “imunidade híbrida” (vacinados e infectados), independentemente da ordem, geraram os maiores níveis de anticorpos em comparação ao grupo que apenas recebeu a vacina. O estudo foi feito antes do surgimento da variante Ômicron. Ela vem se disseminando em uma velocidade inédita. Mas os pesquisadores acreditam que as respostas imunológicas híbridas devem ser igualmente robustas com a nova variante que é altamente contagiosa.

Cientistas americanos geram energia a partir da fusão nuclear

Foi só por uma fração de segundo, mas ainda assim um passo importante para a geração de energia limpa. Pesquisadores do National Ignition Facility no Lawrence Livermore National Lab, na Califórnia, conseguiram desencadear uma reação de fusão. Usando 192 lasers e o triplo da temperatura do centro do sol, duas moléculas de hidrogênio se fundiram gerando energia sem resíduos. Os dados preliminares do experimento haviam sido divulgados em agosto. Na quarta-feira, a revista Nature publicou os resultados totais. A fusão atingiu 1,5 quatrilhão de watts. A energia é liberada quando átomos de hidrogênio se fundem em hélio, mesmo processo que ocorre nas estrelas. Ao todo foram quatro expe-

rimentos com a participação de mais de cem cientistas. A meta dos pesquisadores, ainda distante, é gerar energia da mesma forma que o sol gera calor, com átomos de hidrogênio tão próximos uns dos outros que se fundem em hélio. Ignição - De acordo com os cientistas, eles estão próximos de atingir um avanço ainda maior: a ignição. Ela ocorre quando o combustível queima por conta própria, produzindo mais energia do que o necessário para a reação inicial. Em agosto, Mark Herrmann, vice-diretor do programa de Livermore para a física de armas fundamentais, comparou a reação da fusão com os 170 quatrilhões de watts de raios de sol que chegam à Terra.

Pico de internações por covid em SP deve acontecer em 3 semanas, diz Gabbardo

O coordenador executivo do Comitê Científico de Combate à Covid-19 do Estado de São Paulo, João Gabbardo, afirmou que o pico de internações pela doença no Estado deve ocorrer em até três semanas. Com avanço da variante Ômicron, a ocupação de leitos deve

continuar a piorar nas próximas semanas, com uma situação “mais tranquila” em março, avaliou o coordenador. “O Comitê Científico trabalha com uma expectativa de que nós ainda vamos piorar por duas semanas, nós vamos aumentar muito o número de casos.

Reajuste para professores pressiona cidades pequenas, dizem especialistas

O reajuste de 33,24% no piso salarial de professores da educação básica pode pressionar os cofres públicos de cidades pequenas e, por consequência, sobrecarregar profissionais efetivos, apontam especialistas ouvidos pelo Estadão. Como solução, um caminho apontado para possibilitar a medida seria a criação de um regime de colaboração que envolve, além da esfera municipal, os governos federal e estadual. “A Lei do Piso (de 2008) estabelecia uma revisão do

salário com base no custo aluno/ano e o custo aluno/ano passou de R\$ 4 mil, isso que gerou esse aumento”, explica a diretora do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cláudia Costin. “Faz sentido, e o Brasil vai ter de fazer um esforço para melhorar a educação pública.” Segundo Cláudia, embora desafiador, o reajuste de professores da educação básica é o correto neste momento. A diretora da FGV reforça que, segundo dados do Censo Escolar, 81,4% dos

alunos em nível básico estão em escolas públicas no Brasil, o que aumenta a necessidade de reconhecer o trabalho dos professores. “O que mais garante aprendizagem para todos em Educação é a qualidade do professor”. Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Elida Graziane reconhece que, entre os impactos advindos de uma implementação do novo piso, pode haver uma dispensa mais ampla de professores temporários - o que obrigaria os efetivos a

assumirem maior carga horária e a serem cobrados por uma maior produtividade. Além disso, a procuradora entende que o reajuste de 33,24% pode acarretar ainda em um achatamento na carreira dos professores, pois, para que os municípios consigam fechar as contas, a remuneração ao longo de toda a carreira ficaria muito próxima do piso. “Então, não teria uma evolução remuneratória tão adequada, (o que) já é inclusive uma medida adotada em muitos municípios e Estados”, alerta.

Volta às aulas tem testes, ‘mapa’ da vacina e máscaras reforçadas

A expectativa em grande parte das escolas particulares de São Paulo era de flexibilizar os protocolos na volta às aulas. Mas o avanço da variante Ômicron do coronavírus, mais transmissível, freou qualquer tentativa de tornar o ambiente escolar um pouco mais próximo do normal. Para evitar o contágio, as instituições passaram a recomendar máscaras que protegem mais, comprar testes e fazer mapeamento da vacinação de funcionários e alunos.



(Foto: Divulgação)

bém é checado semanalmente para verificar a adesão à terceira dose. O Equipe, na região central, pretende checar a imunização de alunos e professores. “Pedimos que todos enviem seus comprovantes de vacinação para mapearmos a cobertura vacinal da nossa comunidade. Não será um ‘passaporte’ propriamente”, disse Luciana Favorini, diretora do colégio, que retorna com aulas presenciais na terça. Já no

Colégio Stocco, de Santo André, será pedida a carteira de vacinação de cada criança. “Se ela não estiver em dia com qualquer tipo de vacina prevista no calendário, informaremos à família que essa situação precisa ser regularizada no prazo de 60 dias e caso não seja também notificaremos às autoridades competentes.” A falta de vacinas, porém, não impedirá a matrícula ou a presença, explica a escola. Escolas da rede

estadual passarão a exigir as carteiras de vacinação no fim do 1.º bimestre - as aulas começam no dia 2. A Secretaria Estadual da Educação explica que a não apresentação do comprovante não impede a matrícula, mas a escola tem a obrigação de informar o Conselho Tutelar. “As escolas particulares poderão seguir a determinação do Estado, mas são autônomas para definirem um prazo.”

Para 50%, Governo Bolsonaro não priorizou vacinação infantil, mostra pesquisa

O governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, demorou demais para dar início à campanha de vacinação infantil contra a covid-19, avaliam 50% dos entrevistados por levantamento Exame/Ideal divulgado nesta sexta-feira, 28. Segundo a pesquisa,

metade da população considera que a gestão federal não deu prioridade à imunização de crianças, levando mais tempo que o necessário para disponibilizar as vacinas a este público. Os que discordam dessa afirmação são 20%. A parte do País que mais con-

dena o governo pela falta de velocidade nesse quesito é o Nordeste, segundo a pesquisa. É justamente nessa região que o presidente Bolsonaro tem mais dificuldade para atrair eleitores, como mostra seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO
*** IMPUGNAÇÃO ***
PREGÃO PRESENCIAL Nº 236/2021 (PMP 1104/2021)
A autoridade superior não acolheu, em 28/01/2022, as impugnações interpostas pelas empresas Eliseu Kopp & Cia Ltda (protocolo 4460/2022) e Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda, com base na manifestação técnica da Secretaria Municipal de Segurança Pública, determinando o prosseguimento da licitação supra, que cuida de "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fiscalização, monitoramento e processamento de dados e infrações de trânsito, contemplando a disponibilização, implantação, operação, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, infraestruturas e sistemas eletrônicos e automáticos para o município de Pindamonhangaba/SP, pelo período de 12 (doze) meses", mantendo a data de abertura para 31/01/2022.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ
CNPJ 48.965.164/0001-80
Aviso de Edital
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2021
A Fundação Universitária de Taubaté - FUST, torna público que se acha aberta Concorrência nº 001/2021, com encerramento dia 26/04/22, às 14h, junto ao respectivo Depto de Licitações, situada na Av. Nove de Julho, 199, CEP 12021-200, Centro, Taubaté-SP, para Concessão de Uso de imóvel, a título oneroso, situado à Rua Padre Diogo Antônio Feijó, nº 195, Jardim das Nações, Taubaté-SP. Matrícula do Imóvel: nº 55.051. Inscrição Cadastral/BC: 1.1.008.002.001. Área Terreno: 2.496,25m², conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. O edital poderá ser retirado pessoalmente ou através do e-mail compras@fust-taubate.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço supra, das 09:00 às 16:00 horas, ou através do telefone (12) 3625-4209.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2021
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O NOVO PAÇO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE LEME.
Considerando que o licitante vencedor foi inabilitado;
Considerando a desclassificação do licitante classificado em segundo lugar.
Considerando que ao analisar os valores ofertados pelo primeiro colocado e o terceiro a ser convocado verifica-se uma grande diferença de valores, REVOGO LOTE 01 e determino a imediata instauração de novo certame para aquisição do objeto deste lote.
Leme, 26 de janeiro de 2022
ELISA LEMÉ DE ARRUDA
SECRETÁRIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA
AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial Nº 004/2022 - Objeto: Registro de Preços para o Fornecimento parcelado de diversas carnes, frios, manteiga, requeijão, nhoque, almôndegas e tempero de alho, destinados aos diversos estabelecimentos do Município de Ipeúna, durante o período de 12 meses. Recebimento dos envelopes: até às 09h00 do dia 11/02/2022. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua 01, 275 - Centro, Ipeúna/SP, no horário das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30, em dias úteis ou na página: <http://transparencia.cebi.com.br/Compras-033> (Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação), telefone (19) 3576-9007 ou licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 28/01/2022. Diego Heron Pinheiro - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME
RESUMO DE EDITAL
A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível no setor de licitações, o processo abaixo:
Pregão Eletrônico: Nº 004/2022; Objeto: Registro de preços para aquisição de mobiliário para o novo Paço Municipal da Prefeitura de Leme; **Edital Na íntegra:** (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Pregões Eletrônicos 2022); www.bbmnetilicacoes.com.br; na Rua. Joaquim Mourão, 289, Centro - Leme, Das 08 As 16 Horas, Departamento de Licitações e Compras: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A PARTIR DAS 08:00HORAS DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2022 ATÉ AS 08:00 DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2022; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** AS 08:01 DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2022; **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** AS 10:00 HORAS DO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2022;**REFERÊNCIA DE TEMPO:** PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.LOCAL: www.bbmnetilicacoes.com.br "ACESSO IDENTIFICADO"_. Leme, 27 de JANEIRO DE 2022.
ELISA LEME DE ARRUDA
SECRETÁRIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO
Órgão Gerenciador

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE EDITAL
Edital nº 06 de 28 de janeiro de 2022.
Pregão Eletrônico nº 06/22
Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar seguro de automóvel pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde, com cobertura compreensiva - Abertura da sessão: 11/02/2022 às 09:00 horas - O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 53, 2º andar, Vila Virgínia, Itaquaquecuba - SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.
Mário Toyama - Secretário Municipal de Administração e Modernização Itaquaquecuba, 28 de janeiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE EDITAL
Edital nº 07 de 28 de janeiro de 2022.
Pregão Eletrônico nº 07/22
Objeto: Contratação de empresa especializada para efetuar seguro de automóvel pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde, com cobertura compreensiva - Abertura da sessão: 11/02/2022 às 09:00 horas - O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 53, 2º andar, Vila Virgínia, Itaquaquecuba - SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.
Mário Toyama - Secretário Municipal de Administração e Modernização Itaquaquecuba, 28 de janeiro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA
TERMO DE ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2022 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, EXECUTADO ATRAVÉS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, INCLUINDO PRÉ-PREPARO E PREPARO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS INSUMOS, DISTRIBUIÇÃO NOS LOCAIS DE CONSUMO, LOGÍSTICA, SUPERVISÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO EDITAL, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA. Tornamos público o presente "Termo de Errata" para conhecimento dos interessados, que por um erro de digitação quando da elaboração do Edital em sua página 01, onde constou: "MINUTA DE EDITAL", lê-se: "EDITAL". Permanecem inalteradas as demais cláusulas, mantendo assim a data/horário de abertura. Publique-se. Bragança Paulista, 28 de janeiro de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoarifado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME
RESUMO DE EDITAL
LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 008/2022: **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS OFTALMOLÓGICOS: DATA DO PREGÃO:** 11 de fevereiro de 2.022, às 09:00h; **LOCAL:** Departamento de Licitações da Prefeitura de Leme - Rua Joaquim Mourão, 289 - centro- Leme/SP; **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** a partir de 29/01/2022, junto ao site www.leme.sp.gov.br - licitações 2022 - pregão presencial - (gratuito);
Publique-se.
Leme, 26 de janeiro de 2022
DR. GUSTAVO ANTONIO CASSIOLATO FAGGION
SECRETARIO DE SAÚDE

EDITAL DE CITAÇÃO - Processo Digital nº: 1004151-77.2015.8.26.0224. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial- Nota Promissória. Exequente: Coop Econ e Cred Muto dos Policiais Militares e Servidores da Secretaria, dos Negócios da Segurança Publica do Esp. Executado: Vagner Pereira Rosa. **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004151-77.2015.8.26.0224.** O Dr. LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA MARTINS PEREIRA, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Fórum de Guarulhos-SP, na forma da Lei, etc... FAZ SABER A VAGNER PEREIRA ROSA, CPF nº. 073.510.948-61 que COOP DE ECON CRED MUT. POL. MIL. SERV DA SEC. NEG. DA SEG. PUBLICA DO EST. SP, ajuizou uma ação de Execução, para cobrança de R\$12.663,85 FEVEREIRO/2015, que deverá ser atualizado na data do efetivo pagamento. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou reconheça o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários fixados em 10%, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, ficando advertido que poderá ajuizar embargos a execução no prazo de 15 dias, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora, presumindo-se aceitos os fatos. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Guarulhos, aos 15 de outubro de 2021.